

PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE GÁS E ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF 03.538.572/0001-17
NIRE 33.3.0032820-3

ATA DA 36ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2022

Ao décimo quinto do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, através de recurso de videoconferência, na ferramenta Microsoft Teams, conforme os Artigos 29 e 61º do Estatuto Social, realizou-se a 36º Reunião do Conselho Fiscal da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (PBEN-P), sob a presidência do Conselheiro Sr. Ricardo da Costa Nunes e com a presença dos Conselheiros Sr. Marcos Antonio Gibin de Freitas e Sr. Rafael Cavretti Duarte de Oliveira, representando a totalidade do Conselho Fiscal, para tratar da seguinte ordem do dia:

- ITEM 1º - Demonstrações financeiras do exercício de 2021;**
- ITEM 2º - Plano de trabalho do conselho fiscal – março de 2022;**
- ITEM 3º - Outros assuntos; e**
- ITEM 4º - Data da próxima reunião do conselho fiscal.**

Os Conselheiros trataram das matérias previstas na ordem do dia, conforme descrito a seguir:

ITEM 1º - Demonstrações Financeiras do exercício de 2021;

1- Desenvolvimento dos Trabalhos:

O Conselho Fiscal examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2021, emitidas em 10 de março de 2022, e obteve os esclarecimentos julgados necessários junto à administração da PBEN-P S.A.

O Conselho Fiscal foi informado sobre a proposta da administração para destinação do resultado obtido no exercício social de 2021, representado por um prejuízo no montante de



R\$ 868.499,64 (oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para a conta de prejuízos acumulados.

O Conselho fiscal tomou ciência da manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras – CAECO, em sua 87ª reunião, na pauta “DFINRI/CONTRIB, DRGN/INP, PBEN-P, AUDITORIA INDEPENDENTE, JURIDICO e PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DA SOCIEDADE – Principais Resultados, Contingências Jurídicas e Aspectos Gerais da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (“PBEN-P”) - Exercício 2021”, que emitiu a seguinte manifestação: “O CAECO, no uso de suas atribuições, tomou conhecimento das informações apresentadas e recomendou ao órgão competente da PBEN-P a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021”.

O CF observou que a carta de representação da administração, datada em 10 de março de 2022, que é fornecida com conexão com a auditoria das demonstrações financeiras da PBEN-P, para o exercício de 2021, a qual indica que a administração não tem conhecimento sobre ajustes não corrigidos, tanto individualmente como em conjunto, para as demonstrações financeiras como um todo, e relatou que todas as transações relevantes foram reconhecidas nos registros contábeis e estão refletidas nas demonstrações financeiras.

O CF destaca ainda que a emissão do parecer dos auditores independentes da KPMG, com parágrafo de ênfase, relacionado à constituição da Companhia com o objetivo de atender aos interesses corporativos, as necessidades das operações e ao plano de negócio do seu acionista controlador, Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras. Portanto as demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto, porém a opinião dos auditores não está ressalvada em relação a esse assunto.

O CF destaca que a PBEN-P não possui operações comerciais e, conforme nota explicativa nº 1 – A Empresa e suas operações, a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, sua controladora, é responsável pela continuidade da Companhia, incluindo financeira. A sociedade foi constituída com objetivo de atender aos interesses corporativos, às necessidades das operações e ao plano de negócio da Petrobras.

O CF tomou conhecimento da carta dos auditores independentes sobre a não observação de deficiências no exercício social de 2021, com indicação de que nos procedimentos de auditoria não foram identificadas deficiências ou ineficácias de controle a serem reportados à administração.

Página 2 de 9

2- Após a análise dos referidos documentos, o Conselho Fiscal emitiu o seguinte Parecer:

O Conselho Fiscal da PBEN-P S.A. no exercício de suas funções legais e estatutárias procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, composta pelo Balanço Patrimonial, pelas Demonstrações do Resultado do Exercício, pela Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pelas Demonstrações do Fluxo de Caixa, pelas Demonstração do Valor Adicionado e pelas Notas Explicativas anexa às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da KPMG Auditores Independentes e da proposta da Administração para destinação do resultado obtido no exercício social de 2021.

Foi verificada a seguinte proposta, que está sendo encaminhada pela administração da Companhia à deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO:

1) Aprovar a destinação do resultado obtido no exercício social de 2021, representado por um prejuízo no montante de prejuízo de R\$ 868.499,64 (oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para a conta de prejuízos acumulados.

Com base nos exames efetuados sobre as demonstrações financeiras apresentadas ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras – CAECO, que manifestou-se favoravelmente sobre estas demonstrações, considerando as informações prestadas pela Administração, e a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas e com parágrafo de ênfase, sobre transações com o acionista controlador, e assegurando que as referidas demonstrações financeiras apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PBEN-P S.A. em 31 de dezembro de 2021, o Conselho Fiscal é de opinião favorável sobre o Relatório da Administração, as referidas Demonstrações Financeiras e a proposta de destinação do resultado do exercício que estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia.



Página 3 de 9

ITEM 2º - Plano de trabalho do Conselho Fiscal – março de 2022

- Funcionamento do conselho

FUNCIÓNAMENTO DO CONSELHO

Avaliar eventual necessidade de alteração do regimento interno
--

O CF avaliou o regimento interno e não identificou a necessidade de atualizações para o exercício de 2022. Todavia, o CF solicita à administração avaliação da adequação do número de reuniões do conselho fiscal, em cada exercício, para periodicidade trimestral, frente ao porte econômico atual da PBEN-P, considerando ainda, se necessário, a reforma do estatuto social da companhia.

- Examinar atas de reuniões do colegiado

FISCALIZAÇÃO DO ATO DE GESTÃO

Examinar atas de reuniões do colegiado
--

Ata de reunião da diretoria executiva nº 04/2022, realizada em 23/02/2022, que deliberou sobre a celebração do 4º Aditivo do Contrato de prestação de serviços de auditoria contábil entre PBEN-P e KPMG para Inclusão cláusulas LGPD e alteração da razão social da CONTRATANTE.

Ata de reunião da diretoria executiva nº 05/2022, realizada em 24/02/2022, que deliberou sobre a apresentação das Demonstrações Financeiras da PBEN-P, período findo em 31/12/2021.

Ata de reunião da diretoria executiva nº 06/2022, realizada em 08/03/2022, que deliberou sobre Adoção de Políticas e de Diretrizes:

- Diretriz Interações com Agentes Públicos (DI-1PBR-00209-E);
- Política de Indicação de membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal (PL-f 0SPB-00010-J);
- Diretriz Provimento de recursos financeiros para sociedades do sistema Petrobras (DI-1PBR-00029-B).



Página 4 de 9

Ata de reunião da diretoria executiva nº 07/2022, realizada em 10/03/2022, que deliberou sobre a seguinte ordem do dia:

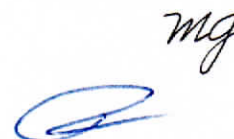
- 1) Deliberar sobre o encaminhamento das Demonstrações Financeiras da PBEN-P, período findo em 31/12/2021, incluindo suas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAECO), bem como o Relatório da Administração e a Carta de Representação para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas;
- 2) Deliberar sobre o encaminhamento da Destinação do Resultado do exercício de 2021 para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas;
- 3) Deliberar sobre o encaminhamento da proposta de fixação da remuneração global anual e individual dos administradores e dos Conselheiros Fiscais para o período de abril de 2022 a março de 2023 para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas;
- 4) Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE).

O Colegiado tomou conhecimento das matérias deliberadas em Diretoria Executiva no período e não tem observações a serem apresentadas.

- Desempenho Econômico-Financeiro

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO
Analisar os balancetes ou demonstrativos contábeis do período comparando-os com o mês anterior e/ou mesmo período do ano anterior, com ênfase nos principais indicadores econômicos-financeiros e operacionais e na evolução das principais rubricas
Examinar o registro de ativos fiscais diferidos (crédito tributário)
Acompanhar o planejamento financeiro (fluxo de caixa)

- O CF analisou o balancete de fevereiro, comparado ao período de janeiro de 2022, e verificou que não houve alterações relevantes no resultado do período da companhia. A companhia não vem constituindo IRPJ e CSLL diferidos, uma vez que não possui atividades operacionais, em que pese haver planos de reestruturação societária envolvendo a PBEN-P, pela sua controladora. Os desembolsos financeiros estão relacionados, basicamente, ao pagamento do contrato de compartilhamento de custo e despesa, celebrado com a controladora. Não estão previstos novos aportes financeiros pela controladora em 2022.



- Estrutura de controle, Relação com Agências e Órgãos Reguladores e Código de ética, ouvidoria e canal de denúncias

ESTRUTURAS DE CONTROLE
Acompanhar o atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU e Controladoria Geral da União - CGU em processos de fiscalização e auditoria, prestação de contas ou tomada de contas especial
RELAÇÃO COM AGÊNCIAS e ÓRGÃOS REGULADORES
Conhecer os resultados das fiscalizações realizadas pelos órgãos reguladores
CÓDIGO DE ÉTICA, OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS
Avaliar a aplicação do código de conduta, a sua disponibilização aos empregados e à administração, bem como a realização de treinamentos periódicos sobre o assunto.
Acompanhar os relatórios fornecidos pela unidade responsável pelo recebimento de denúncias relativas a violação ao código de conduta, às políticas e normas da organização da empresa, bem como as ações disciplinares tomadas pela administração

O CF indagou a administração se se houve recomendações do TCU e CGU em processos de fiscalização e auditoria, prestação de contas ou tomada de contas especial em 2021, a qual indicou que não foi registrada a entrada de nenhum ofício destes órgãos para a PBEN-P em 2021.

O CF solicitou ainda informação sobre o recebimento de denúncias relativas à violação ao código de conduta, às políticas e normas da organização da empresa, bem como as ações disciplinares tomadas pela administração, que informou que no quarto trimestre de 2021 houve um protocolo de denúncias encerrado com status de devolvido (Devolvido é quando as informações do protocolo não são suficientes para se instaurar uma investigação. Então, é devolvido para a Ouvidoria sem apuração. Também existem casos de Devolvido que ocorrem quando recebemos algum protocolo cujo escopo não é da INC. Nestes casos, a Ouvidoria obtém mais informações com o denunciante ou direciona para a área competente investigar). A administração indicou não possui detalhes do teor da denúncia. O CF entende que a matéria foi monitorada e encerrada pela administração, não havendo considerações complementares.

- Adimplência da empresa

ADIMPLÊNCIA DA EMPRESA
Acompanhar a adimplência a compromissos financeiros, bem como a regularidade junto a Receita Federal, Estadual e Municipal, Dívida Ativa da União, CADIN, INSS e FGTS.



O CF avaliou as seguintes certidões negativas da Companhia, sem indicação de comentários sobre a matéria:

- (a) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, (Código de controle da certidão: 0FD6.3530.FCFA.4B7E, emitida em 20/12/2021, com validade até 18/06/2022; e
- (b) Certificado de regularidade de FGTS (Certificação Número: 2022022601140793745398) emitida em 14/03/2022, com validade até 27/03/2022.

- Compra e alienações

COMPRAS E ALIENAÇÕES
Examinar as aquisições e contratações da empresa, especialmente as realizadas por dispensa e inexigibilidade (arts. 24 e 25 da Lei 8.666/93)

O CF observou no balancete de contas de fevereiro de 2022 a não realização de aquisições e contratações no período pela companhia.

- Gestão de risco corporativo

GESTÃO DE RISCO CORPORATIVO
Avaliar a evolução dos passivos contingentes (cível, trabalhistas, tributário, ambiental, dentre outros), o risco de perdas e as medidas de natureza jurídica adotadas pela empresa.

O CF tomou conhecimento da apresentação referente aos Principais Resultados e Contingências Jurídicas efetuada ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras – CAECO, com indicação de que a Companhia não possui processos judiciais no final do exercício de 2021.

ITEM 3º - Outros assuntos

O CF solicitou ainda informações sobre o plano de Auditoria Interna (PAINT) com indicação se há pontos em aberto sem atendimento. A administração informou que a PBEN-P não tem pontos de auditoria em aberto. No ano de 2021 o resultado dos trabalhos de auditoria foi um relatório limpo, sem recomendações. O RAINT de 2021 ainda não foi enviado pela Auditoria da Petrobras. A Sociedade não elabora seu próprio PAINT. Nas Sociedades que compartilham com a Petrobras a estrutura de Auditoria Interna (é o caso da PBEN-P), a definição das auditorias anuais é feita pela Auditoria da Petrobras dentro do seu próprio PAINT, que é submetido à

Página 7 de 9



aprovação do Conselho de Administração – CA. Conforme PAINT 2022 da Petrobras, haverá auditoria nas participações societárias, porém, a definição de quais são depende da análise que eles fazem dos riscos dos processos dentro da cadeia de valor da Petrobras. Não é necessariamente realizada todos os anos em todas as empresas. Até o momento não recebemos o comunicado sobre a realização de auditoria referente a 2022 na PBEN-P.

O CF tomou conhecimento sobre o Cronograma da CONTRIB para a AGOE 2021, antecipada para o dia 15/04/2022.

ITEM 4 – Data da próxima reunião do Conselho Fiscal:

O Conselho Fiscal agendou a próxima reunião para o dia 15 de abril de 2022, às 10h para tratar do plano de trabalho de abril de 2022:

5283 Participações S.A.	
PLANO DE TRABALHO DO CONSELHO FISCAL	
ATIVIDADE	FREQUÊNCIA
	abr/
FISCALIZAÇÃO DO ATO DE GESTÃO	
Examinar atas de reuniões do colegiado	x
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	
Analisar os balancetes ou demonstrativos contábeis do período comparando-os com o mês anterior e/ou mesmo período do ano anterior, com ênfase nos principais indicadores econômicos-financeiros e operacionais e na evolução das principais rubricas	x

Encerramento: Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada, lavrando-se esta Ata, que, após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2022

Ricardo da Costa Nunes
Presidente do Conselho


Rafael Cavretti Duarte de Oliveira
Conselheiro Fiscal

Marcos Antonio Gibin de Freitas
Assinado de forma digital por Marcos Antonio Gibin de Freitas
Dados: 2022.03.17 17:17:54 -03'00'
Marcos Antonio Gibin de Freitas
Conselheiro Fiscal

Página 8 de 9



Documento assinado digitalmente
RICARDO DA COSTA NUNES
Data: 31/03/2022 08:49:59-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PBEN-P S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, procedeu ao exame dos seguintes documentos emitidos pela Companhia: I) Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, composta pelo Balanço Patrimonial, pelas Demonstrações do Resultado do Exercício, pela Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pelas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, pela Demonstração do Valor Adicionado, e pelas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da KPMG Auditores Independentes; e II) proposições à Assembleia Geral Ordinária relativas à destinação do resultado obtido no exercício social de 2021.

Foi verificada a seguinte proposta, que está sendo encaminhada pela administração da Companhia à deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO:

1) Aprovar a destinação do resultado obtido no exercício social de 2021, representado por um prejuízo no montante de prejuízo de R\$ 868.499,64 (oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos), para a conta de prejuízos acumulados.

Com base nos exames efetuados sobre as demonstrações financeiras apresentadas ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado da Petrobras CAECO, que manifestou-se favoravelmente sobre estas demonstrações, considerando as informações prestadas pela Administração, e a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas e com parágrafo de ênfase sobre transações com partes relacionadas e assegurando que as referidas demonstrações financeiras apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PBEN-P S.A. em 31 de dezembro de 2021, o Conselho Fiscal é de opinião favorável sobre o Relatório da Administração, às referidas Demonstrações Financeiras e a proposta de destinação dos resultados do exercício, estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia.

Ricardo da Costa Nunes
Presidente do Conselho

Marcos Antonio Gibin de Freitas
Assinado de forma digital por
Marcos Antonio Gibin de Freitas
Dados: 2022.03.17 17:18:19 -03'00'

Marcos Antonio Gibin de Freitas
Conselheiro Fiscal



Rafael Cavretti Duarte de Oliveira
Conselheiro Fiscal

Página 9 de 9